

As bombas de efeito retardado

26 AGO 1984

FERNANDO GROSSI
Da Editoria de Economia

Economia

Com as candidaturas presidenciais na rua e a sete meses do final deste Governo, confirmam-se algumas tendências de assuntos, na área econômica, que deverão continuar preocupando o próximo Governo, logo em seu primeiro ano de administração. A inflação, por exemplo, deverá chegar ao final de 84 repetindo o índice de 200%. E tem tudo para manter-se elevada no próximo ano.

Para o senador Fernando Henrique Cardoso, do PMDB paulista estes fatos são "bombas de efeito retardado", que estourarão nas mãos do futuro governante. Entre outras prioridades, está a necessidade de se garantir o abastecimento interno com as regras de plantio estipuladas ainda nesta administração, e que parecem não seduzir nem um pouco os agricultores.

Outras bombas: o déficit da Previdência Social, localizado hoje na casa dos Cr\$ 2,1 trilhões; o déficit público e a dívida das estatais; a reforma bancária e a desindexação da economia; a continuidade do Programa Nacional do Alcool; a inadimplência no BNH e os bônus para os mutuários; e, a pior de todas, a dívida externa, com seu perfil de vencimento escalonado entre 1985 e 1989, que exigirá negociações imediatas da próxima equipe econômica.

Ao assumir o comando da política econômica em 1979, o ministro Delfim Netto recebeu uma taxa de inflação de 52% e ao deixar o Governo, em março de 1985, a deixará para seu sucessor uma inflação de 200%, sendo este o pior legado da Seplan. É uma inflação "indecente", reconhece o Ministro, que apesar de seus esforços não conseguiu assegurar a evolução dos preços.

Reativação da economia, crescimento econômico e queda da inflação em 85 são problemas imediatos para a próxima equipe econômica de Governo. Embora se preveja um crescimento da economia este ano, de 3%, empurrada por uma evolução da produção industrial da ordem de 4,2% em 1984 — sustentada quase que exclusivamente pelo comportamento das exportações —, não existem dados para se pensar num desenvolvimento homogêneo e firme de todos os segmentos do setor produtivo nacional.

Outra tarefa difícil será a desindexação da economia, que não será enfrentada pelo atual Governo, que já admite a complexidade da operação, impossível de ser realizada nos seis meses e meio que separam esta administração da próxima.

Outra "herança" que a Seplan deixa é o efeito do projeto, — em fase final de avaliação por parte de seus técnicos, da liberação das importações — um dos mandamentos estabelecidos pelo estreito figurino do FMI. A revisão das tarifas de importação de quatro mil itens, a eliminação de sobretaxas e o anunciado exame de similaridade são medidas que, se adotadas, têm potencial de sobra para causar sérias repercussões ao parque industrial nacional, principalmente em seu segmento mais novo — como a informática.

ENERGIA

A rigor o Ministério das Minas e Energia foi um dos que se "deu bem" neste Governo, e poderá ser entregue ao sucessor de César Cals com uma produção de 600 mil barris/dia de petróleo e gás natural, fato inédito na história do País. Fica como problema, de difícil solução, o destino de um parque de usinas nucleares que explodirá, com sua dívida de US\$ 10 bilhões e fracassos seguidos, em 1985.

Esvaaziado progressivamente pela Seplan, o Ministério da Indústria e do Comércio ficou reduzido hoje ao Plano Siderúrgico Nacional e ao Programa Nacional do Alcool. Na parte Siderúrgica, superdimensionada para um mercado que se acreditava em expansão contínua, existe uma enorme capacidade ociosa, à procura de novos mercados.

A Siderbrás acumulou, e deixa para o próximo Governo administrar,

uma dívida de Cr\$ 200 ou Cr\$ 100 bilhões — conforme a fonte que a revela, se Governo ou empreiteiros — no mercado interno, e de US\$ 7 bilhões no mercado externo, além de uma aclaira por acabar: Açominas, com 70% de suas obras concluídas, o que torna antieconômico "esquecê-la".

A principal dificuldade posta para o novo ministro da Indústria e do Comércio será realizar acordos com o Banco Mundial, para obter o equivalente a US\$ 2,8 bilhões, para que o País realize os investimentos necessários para produzir 14,5 bilhões de litros de álcool na safra 1987/88, investimentos que devem começar a ser feitos já a partir de 1985.

INTERIOR

No Ministério do Interior o pior problema que será deixado para o próximo Governo é o Banco Nacional da Habitação, que já foi um banco social, e hoje infertiliza a vida de milhões de brasileiros com seus aumentos sucessivos e elevados. Por causa deles, existem hoje mais de um milhão de mutuários com suas prestações atrasadas há mais de três meses (inadimplentes) e 30% com suas prestações atrasadas há dois meses.

São um milhão os mutuários inadimplentes e ninguém pensa em despejar estes indesejados, pois a própria operação parece impossível. Daí o presidente do banco, Nelson da Matta, procurar saídas como um bônus que seria implantado em setembro, até setembro de 1985, concedendo vantagens a quem quisesse liquidar sua inadimplência, subsidiando os mutuários pelas empresas de poupança e empréstimos. O custo da operação é estimado em Cr\$ 980 bilhões, que seriam pagos pelo Tesouro em 10 anos, com quatro de carência.

O fim do orçamento monetário e a reformulação do Banco do Brasil são outros dois assuntos que adquirem relevo no próximo Governo. Se extinto este ano, o orçamento monetário passa a se incorporar para sempre no orçamento fiscal, amarrando as mãos do próximo ministro do Planejamento. Ele terá que combinar com o Congresso Nacional, a emissão de títulos públicos e de moeda.

Com isso, o Executivo deverá ficar preso ao Congresso, o que é salutar, mas envolve problemas, como por exemplo não poder determinar mais o volume de emissão de moeda, de títulos públicos ou a criação de estatais. Os recursos da poupança interna e as injeções de investimentos externos seriam os únicos instrumentos disponíveis no mercado sem a interferência do Legislativo.

Já a renegociação da dívida externa, assunto dos bancos, da Seplan e do Ministério da Fazenda, será realizada até março, pois as informações iniciais são de que o FMI e banqueiros não aceitam discussões de acordos plurianuais, pois querem discutir o assunto com os novos mandatários do País a partir de março de 1985. É um pepino sério para a próxima equipe econômica, que só na dívida externa representa US\$ 100 bilhões.

DIVIDAS

A dívida do Governo com seus empreiteiros e fornecedores (vencida e não paga) deverá chegar a Cr\$ 1,5 trilhão até dezembro, com resgate indefinido e com os credores exigindo correção monetária e juros sobre este montante. O Governo só reconhece um débito de Cr\$ 750 bilhões até dezembro, e o próximo Governo terá que refazer as contas e cálculos para dimensionar a realidade de sua dívida.

Os maiores débitos estão acumulados na Eletrobrás e Siderbrás, com o restante dividido por mais de 200 estaduais. Os empreiteiros e fornecedores vêm alegando, quando abrem falência, que o responsável é o Governo, que não paga suas contas. E vão querer saber direito como será tratado este assunto no próximo Governo, se possível par-

ticipando da escolha dos dirigentes da Seplan e do MIC.

Já a dívida interna pública (papéis do Governo) no open market como ORTNs e LTNs, chegou a cerca de Cr\$ 53 trilhões em julho, podendo atingir a Cr\$ 100 trilhões ao final de dezembro, segundo avaliações pessimistas. De janeiro a julho, a inflação acumulada chegou a 94%, contra um crescimento de 107% para a dívida pública federal.

Mas deste total de papéis apenas 46% encontra-se efetivamente em poder de instituições financeiras e investidores, representando uma dívida real de quase Cr\$ 24 trilhões. O restante das ORTNs e LTNs continuava nas mãos do Governo para servir de instrumento para enxugar o excesso de moeda no mercado, que segundo os monetaristas provoca "inflação de demanda".

PREVIDENCIA

O Ministério da Previdência a Assistência Social deverá chegar ao final de dezembro com um rombo de Cr\$ 1,4 trilhão na parte de assistência médica (Inamps) e de Cr\$ 700 bilhões na parte de benefícios (INPS), totalizando algo ao redor de US\$ 1 bilhão. Para reduzir este déficit estrutural, que vem se manifestando desde 1979, os ministros Ernane Galvêas, Delfim Netto e Jarbas Passarinho reúnem-se nesta quarta-feira para discutir o assunto, mas já se sabe que qualquer solução encontrada, admite repasse de dívidas para o próximo governo.

Somente o déficit do INPS junto ao sistema bancário atinge Cr\$ 500 bilhões, representados pelo dinheiro adiantado ao Governo para este pagar os benefícios. Passarinho não admite deixar "rabo de foguete" para seu sucessor, mas independentemente de sua vontade, há um débito anual de 700 a 800 bilhões de cruzeiros (hoje) em pagamentos de renda vitalícia para os aposentados, débito criado sem fonte de custeio e que se transforma, a cada ano, em fator de desequilíbrio do sistema.

ABASTECIMENTO

"A continuar do jeito que está, a área plantada deste ano será reduzida". A frase, do ministro da Agricultura, Nestor Jost, dá a dimensão exata dos problemas que o próximo ministro deverá enfrentar em 1985 com o abastecimento interno. Contribuem para a insatisfação do produtor o aumento de 270% nos Valores Básicos de Custeio válidos para a próxima safra, que segundo os principais beneficiados — os agricultores — não representa nem 50% dos custos de produção.

Descapitalizados devidos a problemas climáticos que se repetem deste 1979, abalados pela falta de uma política firme do Governo para o setor (os custos do financiamento passaram de 45 pra 100% da correção monetária mais 3% de juros ao ano); os lavradores questionam ainda os leilões da CFP, que vende produtos abaixo dos preços de mercado interno, desestimulando novos plantios de grãos.

Preocupará o próximo ministro o destino do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), afundado em dívidas internas e externas, que chegaram a Cr\$ 350 bilhões em seu último balanço semestral. Somente junto ao Banco Central, que vem respondendo pelo pagamento dos encargos externos avalizados pelo BNCC para a Capemil, Bônus japoneses e outros, há uma dívida diária de Cr\$ 1 bilhão vencendo.

A novidade, aceita com olhos arregalados pelos produtores, de se corrigir os preços mínimos de garantia pela variação das ORTNs de agosto de 1984 a abril de 1985, representará correção mínima de 100% nestes preços. Se o valor dos produtos (arroz, feijão, milho, soja, etc) não estiver bom no mercado, a CFP terá que comprá-los pelos preços mínimos possivelmente superiores ao preço de mercado, tendo que revendê-los em leilões a preços de mercado. É uma bomba de efeito retardado que começará a explodir já em março de 1985.